



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Semana traz dados de inflação, além de provável aprovação final do novo marco fiscal

O destaque da agenda doméstica é a prévia da inflação (IPCA-15) de agosto, que será divulgada pelo IBGE na sexta (25). O índice deve subir 0,17% no mês, acelerando ante o resultado de julho (-0,07%), pressionado pela alta da gasolina, automóveis (reversão dos descontos aplicados no programa de incentivos), além do fim dos descontos relacionados ao bônus de Itaipu na tarifa de energia elétrica. Na outra ponta, os preços dos alimentos devem seguir em queda, mitigando parte do impacto altista dos itens citados acima. Apesar da modesta variação esperada para o mês, o índice deve acelerar de maneira considerável em 12 meses, de 3,19% para 4,12%, trajetória que deve continuar nos próximos meses, quando o índice deve voltar para a faixa de 5%.

A semana também traz números do setor externo, confiança do consumidor e arrecadação de impostos federais. O Banco Central divulga o resultado da balança de transações correntes de julho na sexta (25), que deve manter o quadro confortável das contas externas. O mercado estima déficit de US\$ 3,9 bi no mês, inferior ao observado em jul/22 (US\$ -5,4 bi), beneficiado pelo robusto resultado da balança comercial. Também na sexta, a FGV divulga a sondagem de confiança do consumidor, que deve seguir em tom positivo, beneficiada pelo arrefecimento da inflação e mercado de trabalho ainda resiliente. Já no campo fiscal, a Receita Federal divulga (sem data definida) a arrecadação de impostos de julho, que deve registrar recuo real de -3,9% ante jul/22, refletindo a queda dos preços das *commodities* e da lucratividade das empresas do setor.

No campo político, o mercado aguarda a aprovação final do novo arcabouço fiscal na Câmara. A votação da medida, que era esperada para ocorrer na última semana, foi adiada em função de desentendimentos entre o governo e a Câmara. Contudo, a expectativa é que ocorra nesta semana, dada a necessidade de envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 até o fim do mês. Caso o novo arcabouço não seja aprovado até lá, o orçamento de 2024 terá que respeitar a regra do teto de gastos.

No âmbito internacional, os agentes estarão atentos ao Simpósio de Política Econômica, evento promovido anualmente pelo Fed de Kansas City, que ocorre em Jackson Hole e começa na quinta (24). A principal atração do evento é Jerome Powell, presidente do Fed, cuja expectativa é que dê indicações adicionais sobre a estratégia de condução da política monetária pela instituição. Nas últimas semanas, tem chamado a atenção a alta das taxas de juros das *Treasuries*, contribuindo para o fortalecimento do dólar. Este movimento pode ser atribuído a vários fatores, como os dados recentes mais fortes de atividade, resiliência da inflação de serviços em alto nível, sinalizações por parte de alguns dirigentes da possibilidade de nova alta dos juros, e piora do risco fiscal dos EUA. Assim, o discurso de Powell será importante para calibrar as expectativas dos agentes, tanto sobre a possibilidade de uma nova alta dos juros ainda neste ano, como também por quanto tempo os juros ficarão em patamar elevado.

Na quarta (23), serão divulgadas as leituras preliminares de agosto dos indicadores PMI para os EUA e Zona do Euro. A principal mensagem esperada pelos agentes é de que os índices dos serviços sigam acomodando, indicando um crescimento mais moderado do setor, o que deve refletir, aos poucos, no alívio dos núcleos de inflação em tais países. Já a indústria deve seguir mostrando fragilidade. Vale citar que ainda nos EUA, também serão conhecidos outros indicadores de atividade ao longo da semana, como números do setor imobiliário e a confiança do consumidor.

Na China, na noite de ontem, o Banco Central (PBoC) reduziu em 0,1 pp (para 3,45% aa) a taxa de juro de referência de 1 ano da economia, em meio ao quadro de desaceleração econômica e fragilidade do setor imobiliário. Contudo, a queda foi menor que a esperada (-0,15 pp), além do fato que a taxa de 5 anos não foi reduzida, seguindo em 4,20% aa (ante expectativa de 4,05% aa). Com isso, o PBoC segue adotando estímulos bastante graduais, frustrando as expectativas dos agentes, que devem manter um tom de cautela quando à economia chinesa.

A próxima página traz o quadro completo da agenda de indicadores com as datas de divulgação e projeções de mercado.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
24/ago	Reunião do CMN	-	-	-
25/ago	IBGE: IPCA-15	Ago/23	0,17% m/m 4,12% a/a	-0,07% m/m 3,19% a/a
25/ago	BCB: Estatísticas do Setor Externo	Jul/23	US\$ -3,9 bi	US\$ -0,8 bi
25/ago	FGV: Sondagem do Consumidor	Ago/23	-	94,8 pts
Sem data	RFB: Arrecadação Federal de Impostos	Jul/23	-3,9% a/a	-3,3% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
20/ago	China	Taxas Prime de 1 ano e 5 anos	Ago/23	3,40% aa / 4,05% aa	3,55% aa / 4,20% aa
22/ago	EUA	Vendas de casas existentes	Jul/23	-0,2% m/m	-3,3% m/m
23/ago	Zona do Euro	PMI Manufatura e Serviços	Ago/23 – prévia	42,6 pts / 50,5 pts	42,7 pts / 50,9 pts
23/ago	Zona do Euro	Confiança do Consumidor	Ago/23 – prévia	-14,5 pts	-15,1 pts
23/ago	EUA	PMI Manufatura e Serviços	Ago/23 – prévia	49,0 pts / 52,0 pts	49,0 pts / 52,3 pts
23/ago	EUA	Vendas de casas novas	Jul/23	1,0% m/m	-2,5% m/m
24-26/ago	EUA	Simpósio de Política Econômica de Jackson Hole	2023	-	-
24/ago	EUA	Pedidos de bens duráveis	Jul/23 – prévia	-4,0% m/m	4,7% m/m
25/ago	EUA	Confiança do Consumidor (Univ. Michigan)	Ago/23 – final	71,2 pts	71,6 pts

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

PIB deve mostrar crescimento modesto no 2º trimestre

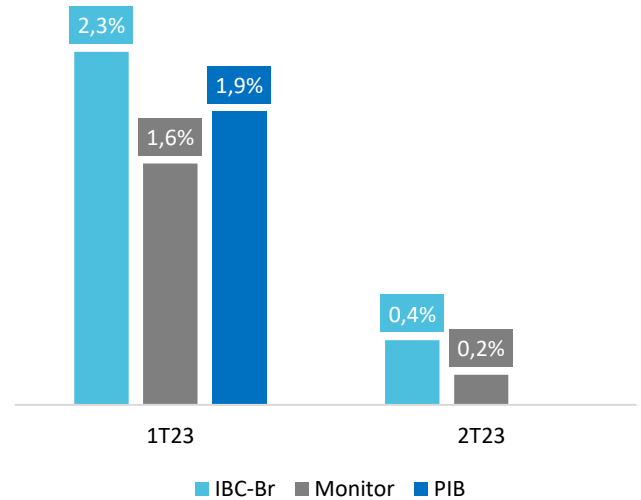
As *proxies* mensais do PIB mostraram bom desempenho em junho, reforçando as expectativas de um novo crescimento da economia no 2º trimestre, embora modesto (entre 0,2% a 0,4%). O resultado oficial será divulgado pelo IBGE no dia 01 de setembro.

No mês, o índice de atividade econômica calculado pelo Banco Central (IBC-Br) avançou 0,6%, enquanto o Monitor do PIB, calculado pela FGV, cresceu 1,3%. Com o resultado, ambos os indicadores mostraram expansão no 2º tri, de 0,4% e de 0,2%, respectivamente, refletindo o crescimento disseminado dos grandes setores no período, segundo as pesquisas mensais do IBGE: indústria (+0,4%), varejo (+1,7%) e serviços (+0,5%).

Em geral, os indicadores sinalizam resiliência da atividade, apesar do arrefecimento da economia na passagem do 1º para o 2º trimestre. No caso, o Banco Central não divulga as aberturas, mas o Monitor apontou que a acomodação do período foi explicada sobretudo pela dissipação do choque positivo do setor agro, diante do fim da colheita da safra de início de ano. Para o 2º semestre, a expectativa é de continuidade do movimento de desaceleração, refletindo os efeitos defasados da política monetária contracionista. De toda forma, a tendência é de um crescimento do PIB próximo a 2,5% no ano.

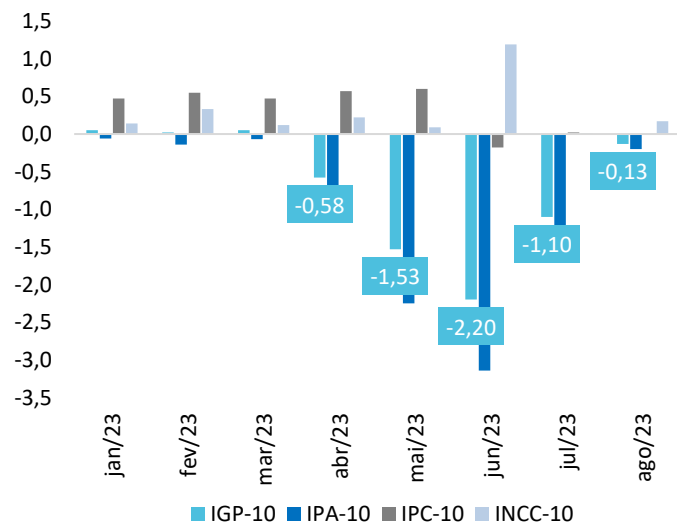
No cenário inflacionário, o IGP-10 seguiu em queda, embora com os efeitos deflacionários se dissipando. O índice recuou 0,13% em agosto, atenuando a queda de 1,10% registrada no mês anterior, e com alguma aceleração no acumulado em 12 meses (de -7,89% para -3,37%). A menor deflação no mês refletiu a aceleração dos preços de algumas *commodities* importantes no atacado (IPA), como soja (de -3,07% para 5,98%), bovinos (de -2,87% para 0,72%) e milho (de -9,49% para -0,67%). Ainda assim, a deflação de diversos produtos *in natura* sustentou um novo recuo (-0,20%) do IPA no mês. Portanto, o cenário ainda segue benigno, fato que deve continuar contribuindo para a acomodação dos preços ao consumidor, apesar do recente reajuste dos preços dos combustíveis.

Quadro 1: PIB e *Proxies* mensais – Var. % trimestral (T/T-1)



Fonte: BCB, FGV e IBGE.

Quadro 2: IGP-10 e Aberturas – Var.% mensal



Fonte: FGV

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Perspectiva de juro alto nos EUA e economia fraca na China voltam a derrubar os mercados

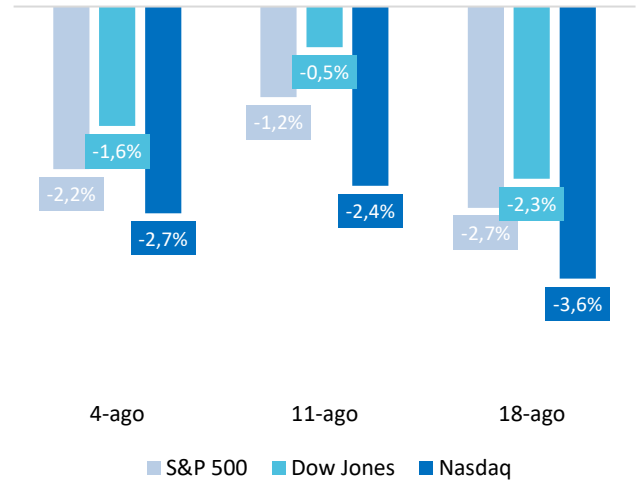
O aumento da aversão ao risco marcou novamente a semana, com as principais bolsas mundiais apresentando queda em meio à perspectiva de um aperto monetário mais longo pelo Fed e deterioração da economia chinesa, com novos problemas no setor imobiliário. O aumento do pessimismo, que já foi a tônica do mercado nas últimas semanas, foi alimentado pela ata da última reunião do Fed, que manteve aberta a chance de um ajuste adicional dos juros. Além disso, os dados mais fortes de atividade nos EUA também corroboraram com tal possibilidade. Na China, na contramão, os dados de atividade seguem mostrando um panorama de fragilidade. Além disso, a incorporadora Country Garden relatou dificuldades no pagamento de suas dívidas, enquanto a Evergrande entrou em processo de recuperação judicial nos EUA.

A ata da última reunião do Fomc/Fed, realizada no dia 26 de julho, trouxe a percepção de que a maioria dos dirigentes continua enxergando riscos de alta significativos para a inflação, o que poderia exigir altas adicionais nos juros. O documento também apontou que o Colegiado não quer promover um ajuste monetário muito intenso a ponto de prejudicar a atividade, tampouco insuficiente a ponto de não levar a inflação de volta para a meta. De toda forma, o mercado segue apostando na manutenção da taxa no intervalo entre 5,25% e 5,50% aa, embora tenha adiado a perspectiva do início das quedas dos juros. Em relação à atividade, a economia voltou a mostrar força. As vendas no varejo subiram 0,7% em julho, bem acima do esperado (+0,4%), acelerando após subir 0,3% em junho. Já a produção industrial subiu 1,0% no mês, também bem acima da expectativa (+0,3%).

Na China, os dados da atividade de julho decepcionaram novamente, sinalizando desaceleração do ritmo de crescimento no país. A produção industrial subiu 3,7% (ante jul/22), abaixo do esperado (+4,3%) e do resultado do mês anterior (+4,4%), com queda disseminada entre os setores industriais. Já as vendas no varejo subiram 2,5%, também abaixo do esperado (+4,0%) e do mês anterior (+3,1%). Após os dados, o banco central (PBoC) anunciou a redução da taxa de empréstimo de médio prazo (MLF) de 2,65% para 2,50% aa, e a expectativa é que siga anunciando novos estímulos.

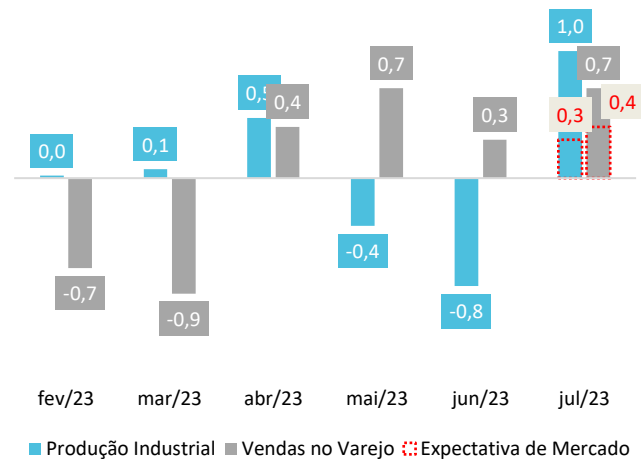
Na Zona do Euro, a inflação ao consumidor (CPI) desacelerou para 5,3% (ante 5,5%) nos 12 meses encerrados em julho, conforme apontado na prévia, refletindo a queda dos preços de energia (-6,1%). Já a 2ª leitura do PIB do 2T23 veio em linha com o esperado e subiu 0,3% ante o 1T23, após estabilidade do PIB da região no 1T23.

Quadro 3: EUA – Desempenho recente dos principais índices de ações (Var. % semanal)



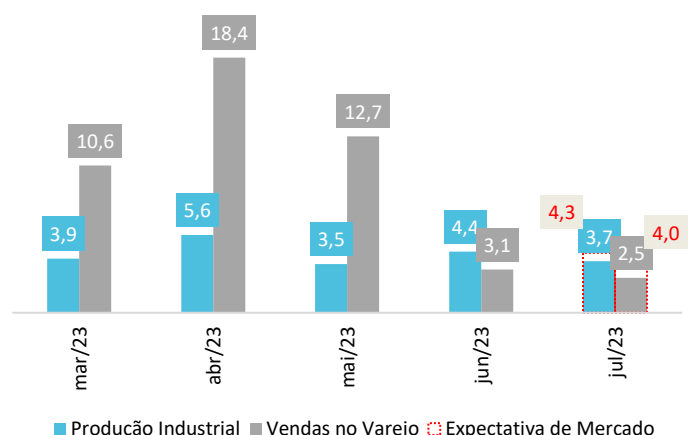
Fonte: Bloomberg.

Quadro 4: EUA – Produção Industrial e Vendas no Varejo – Var. % m/m



Fonte: Bloomberg.

Quadro 5: China – Produção Industrial e Vendas no Varejo – Var. % ante o mesmo mês do ano anterior



Fonte: Bloomberg.

Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

CRÉDITO / BANCOS

Ritmo de expansão anual do crédito deve acomodar para 8%

O saldo total de crédito deve mostrar ligeira retração em julho, de 0,2%, aponta a Pesquisa Especial de Crédito da Febraban. A leitura deve dar continuidade a trajetória de desaceleração da carteira total, que deve acomodar para 8,0% (ante 8,9%).

O movimento de acomodação da carteira na comparação anual seguirá puxado pela perda de dinamismo do crédito livre (de 6,3% para 4,8%), mais sensível ao ciclo econômico, enquanto a carteira com recursos direcionado deve manter um bom ritmo de expansão, apesar de também registrar algum arrefecimento, ficando em 12,7% (ante 13,0%).

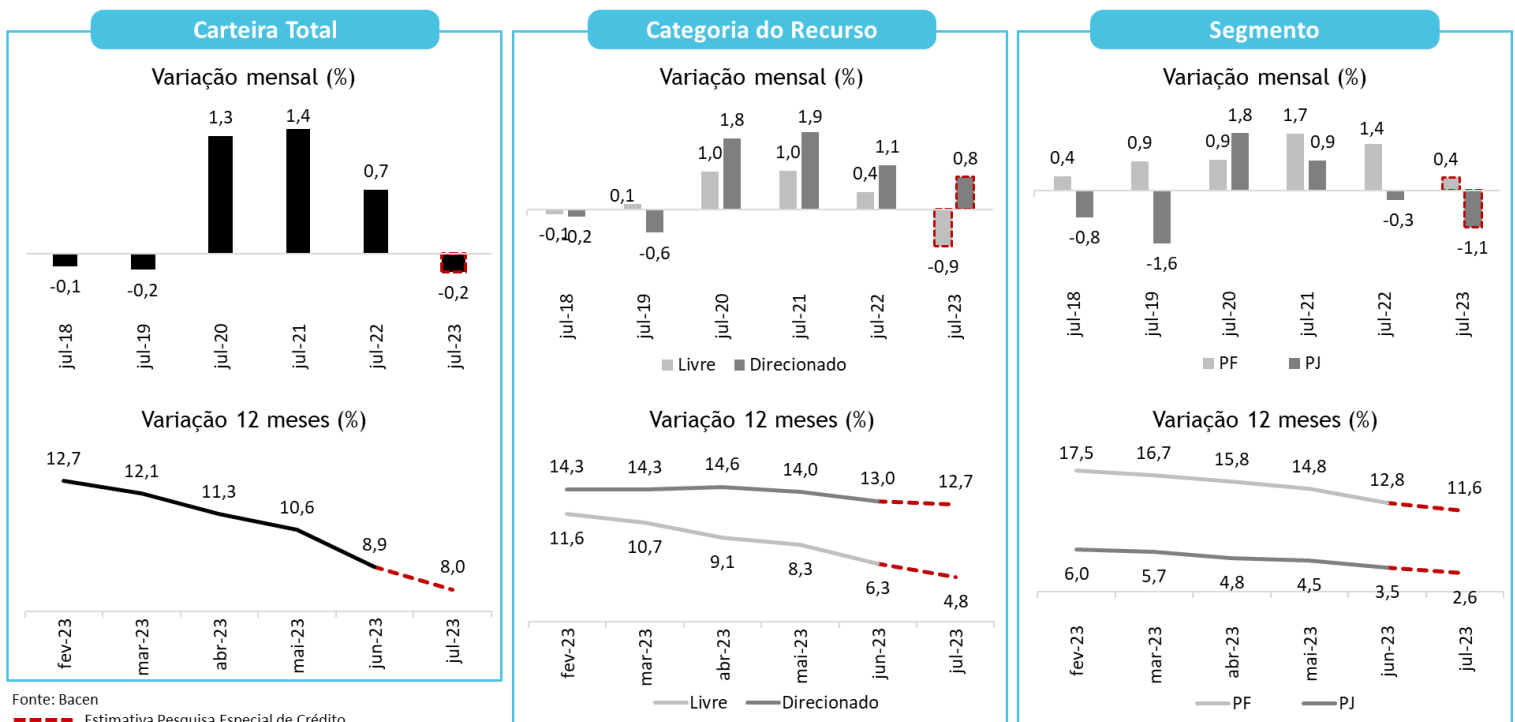
No mês, o recuo deve ficar concentrado no crédito livre às empresas (-2,4%), pressionado pela sazonalidade negativa das linhas de fluxo de caixa, além do cenário mais desafiador observado no segmento desde o início do ano. Já a carteira PJ direcionada deve crescer 1,3% no mês, impulsionada pelos estímulos via programas públicos e financiamentos com recursos do BNDES. Com o resultado, o ritmo de expansão anual da

carteira PJ deve seguir perdendo fôlego, de 3,5% para 2,6%.

O crédito às famílias, por sua vez, deve crescer 0,4% em julho, embora também acomodando em 12 meses (de 12,8% para 11,6%). A carteira direcionada deve apresentar um melhor desempenho, com alta de 0,6% no mês, impulsionada pelo início do Plano Safra 2023/24. Já a carteira livre deve apresentar um crescimento mais modesto, de 0,2%, pressionada pelos níveis elevados de inadimplência das famílias.

No geral, a leitura de julho deve manter a dinâmica apresentada nos últimos meses, ainda sinalizando uma perda de tração no ritmo de expansão do crédito, em especial no segmento livre, mais sensível à política monetária e que tem apresentado maior deterioração da inadimplência. No entanto, a expectativa é de alguma suavização de tal movimento à frente. Além do início do processo de queda dos juros (acompanhando o recuo da taxa Selic), a normalização da percepção de risco no segmento PJ e o provável fim do ciclo de alta da inadimplência PF devem provavelmente contribuir para uma dinâmica mais benigna do crédito ao longo do 2º semestre.

Quadro 6: Projeções para o Saldo da Carteira de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



Pesquisa Especial de Crédito da Febraban

Em relação às concessões, a Pesquisa apontou retração de 5,1% em julho, apresentando um desempenho bastante heterogêneo entre os recursos.

De um lado, as operações com recursos livres devem recuar 10,6% no mês, pressionadas pela sazonalidade negativa das linhas de fluxo de caixa das empresas e pela acomodação das linhas de consumo das famílias.

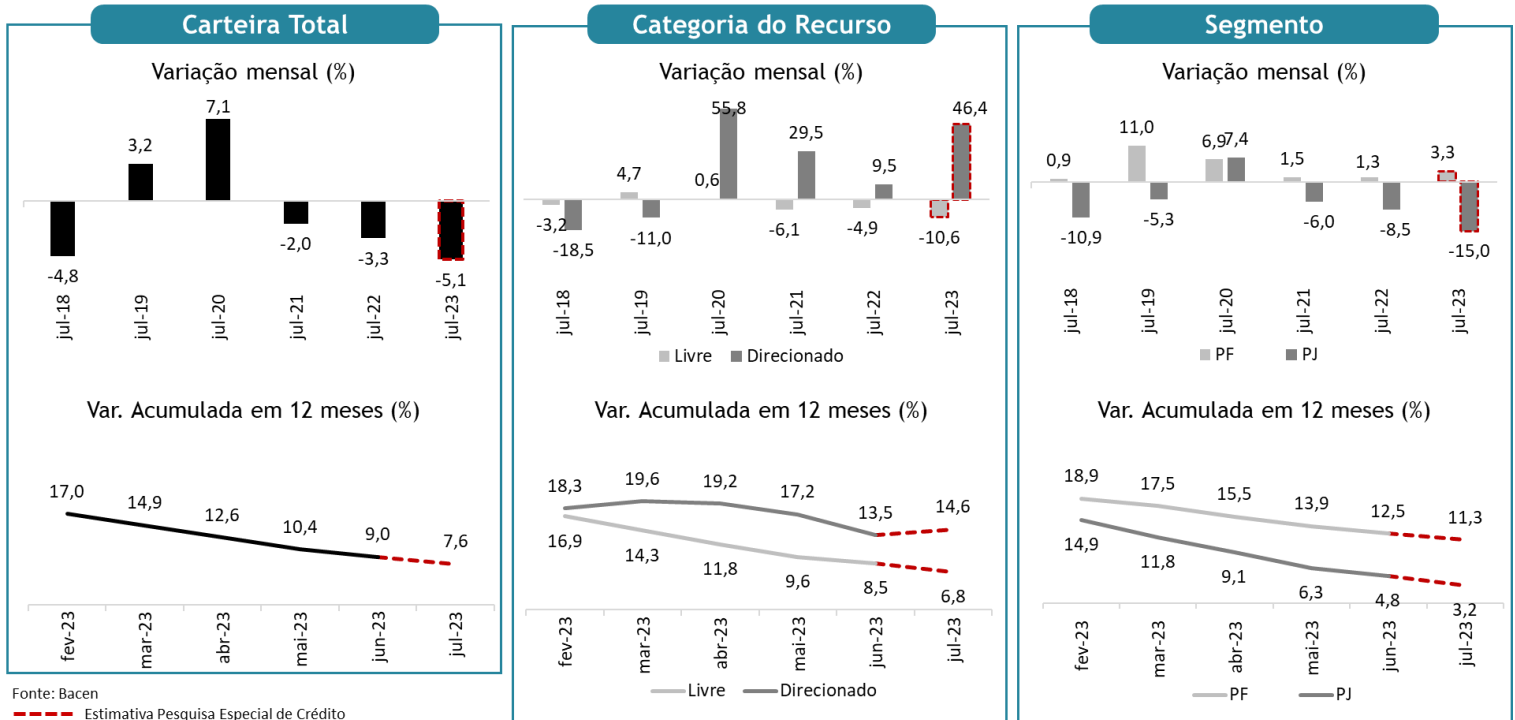
Do outro, o volume de operações com recursos direcionados deve mostrar forte expansão, de 46,4% no mês. O resultado deve ser impulsionado pelo lançamento do Plano Safra 2023/24, com grande impacto nas operações de crédito rural. A continuidade do processo de deslocamento da demanda de crédito livre e do mercado de capitais para o segmento direcionado (via incentivo

de programas públicos e repasses do BNDES) também tende a contribuir com tal quadro.

No acumulado em 12 meses, o volume de concessões deve seguir em tendência de desaceleração, passando de 9,0% para 7,6%, liderado pelas operações com recursos livres (de 8,5% para 6,8%). Já as concessões das operações de crédito direcionadas devem ganhar algum fôlego, acelerando de 13,5% para 14,6% no acumulado em 12 meses, mantendo-se em nível elevado.

A Nota de Política Monetária e Crédito será divulgada pelo Banco Central na segunda-feira, dia 28 de agosto. Para ver o resultado completo da pesquisa, [clique aqui](#).

Quadro 7: Projeções para as Concessões de Crédito – Pesquisa Especial de Crédito



The Banker Top 1.000 World Banks 2023

CRÉDITO / BANCOS

O boletim desta semana continuará explorando a base de dados da revista The Banker, que traz as informações do ranking Top 1000 World Banks 2023, referente ao ano de 2022. Nesta edição, analisamos a taxa de inadimplência no setor bancário dos principais países do mundo e sua evolução recente, especialmente após a pandemia, com o objetivo de identificar como tal variável evoluiu desde então, em um período caracterizado por uma intensa crise em 2020, recuperação econômica em 2021/22 e, mais recentemente, aumento da inflação e dos juros a nível global. Este é um tema bastante relevante no Brasil, uma vez que, em geral, como poderá ser visto adiante, a inadimplência é comparativamente maior no país do que na maior parte do mundo. E, como a inadimplência é um principais componentes do custo do crédito, explica em grande parte o spread bancário elevado no país.

Para calcular a taxa de inadimplência foi utilizada a razão entre a carteira inadimplente acima de 90 dias (*non-performing loan* – NPL) em relação a carteira total de empréstimos do banco (*gross total loans*). Desta forma, foram retiradas as instituições que não possuem informação de carteira inadimplente e/ou empréstimos, resultando em 891 bancos.

O Quadro 8 traz os números de inadimplência de 2022 por região e país, comparando com a taxa de inadimplência do ano anterior (2021) e no pré-pandemia (2019). Em 2022, a taxa de inadimplência média global recuou 0,1 pp ante o ano anterior, atingindo 1,5%. Tal movimento foi puxado pela melhora do indicador nas regiões mais relevantes da amostra: Europa (-0,2 pp, para 1,7%), América do Norte (-0,2 pp, para 0,7%) e Ásia e Pacífico (-0,1 pp, para 1,4%). Assim, a sensação é que a retomada da recuperação econômica global ajudou a manter a tendência de queda do indicador também visto em 2021 (-0,3 pp), apesar da piora do cenário a partir de 2022, com elevação da inflação e dos juros.

Por outro lado, a América do Sul foi a única região em que a taxa de inadimplência subiu no ano (+0,4 pp), atingindo 2,7%, muito em função da piora do indicador no Brasil (+0,5 pp, para 2,7%) e, em menor grau, no Chile (+0,3 pp, para 2,0%). A explicação parece residir no fato de que o ciclo inflacionário e de elevação dos juros começou antes na região, já mostrando seus efeitos negativos sobre a inadimplência em 2022. Assim, provavelmente também veremos alguma deterioração dos índices de inadimplência em 2023 nos demais países (especialmente EUA e Europa), cujo ciclo de alta inflação/aperto monetário está mais atrasado.

Já no comparativo ante 2019 (pré-pandemia), a taxa de inadimplência média mundial ficou 0,3 pp abaixo da observada na ocasião. Todas as regiões mais relevantes do ranking seguem com um indicador em nível mais saudável do que antes da crise. Destaque para a melhora na Europa (-0,5 pp) e América do Norte (-0,2 pp). Em contrapartida, África (+0,7 pp) e América Central (+0,2 pp) apresentam níveis mais elevados do que antes da pandemia. Na América do Sul, o indicador ficou 0,1 pp abaixo do nível 2019 (em 2,7%).

Quadro 8: Taxa de Inadimplência por Região e país – Em % da carteira (Em 2022 e var. ante 2021 e 2019)

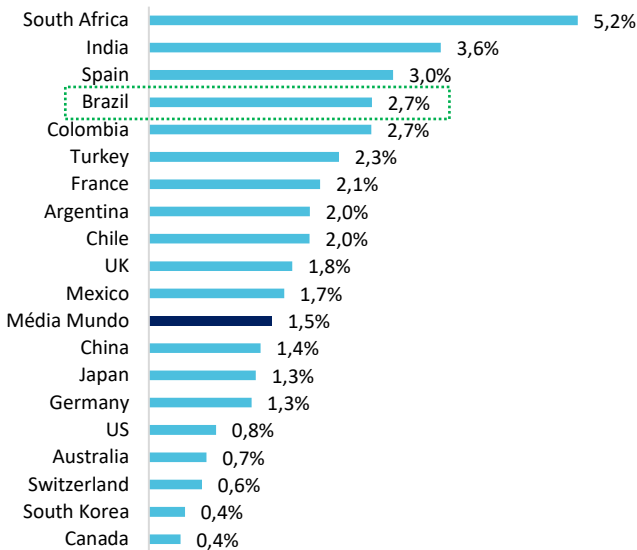
Região/País	Nº de bancos	Taxa de Inadimplência (NPL/Empréstimos)			
		Em %	Posição do país	Dif. Em pp (2022-2021)	Dif. Em pp (2022-2019)
Ásia e Pacífico	334	1,4%		-0,1	-0,1
China	118	1,4%	23º	0,0	-0,1
Japão	70	1,3%	22º	-0,1	0,1
Índia	26	3,6%	60º	-1,9	-2,6
Coreia do Sul	9	0,4%	5º	-0,1	-0,4
Europa	197	1,7%		-0,2	-0,5
França	6	2,1%	40º	-0,1	-0,5
Reino Unido	25	1,8%	33º	0,2	0,1
Suíça	32	0,6%	9º	0,0	0,0
Espanha	12	3,0%	52º	-0,4	-0,5
América do Norte	199	0,7%		-0,2	-0,2
EUA	183	0,8%	12º	-0,2	-0,2
6 maiores bancos	6	0,8%		-0,2	-0,2
Demais IFs	177	0,8%		-0,1	-0,1
Canadá	13	0,4%	3º	0,0	-0,2
Oriente Médio	60	2,9%		-0,2	0,1
América do Sul	28	2,7%		0,4	-0,1
Brasil	12	2,7%	50º	0,5	-0,1
Chile	3	2,0%	36º	0,3	-0,4
Europa Leste e Central	20	4,1%		-0,1	-1,0
Rússia	4	3,5%	57º	0,0	-1,0
África	25	5,8%		-0,2	0,7
África do Sul	7	5,2%	73º	0,3	1,4
América Central	17	2,2%		-0,2	0,2
México	7	1,7%	32º	0,0	-0,3
Ásia Central	5	3,8%		-0,2	-4,4
Caribe	6	1,9%		-0,6	-0,1
Total	891	1,5%		-0,1	-0,3

Fonte: The Banker.

No mesmo comparativo, o Brasil registra desempenho semelhante à média global, com queda de 0,1 pp no período. Tal comportamento é similar ao observado nos dados agregados do BCB de todo o Sistema Financeiro Nacional, que mostrou uma normalização da inadimplência nos anos de 2021 e 2022, retornando para o nível pré-pandemia. Contudo, a inadimplência seguiu em alta neste primeiro semestre, ultrapassando os níveis vistos em 2019, fato que deve ser observado na edição de 2024 nos dados da revista The Banker.

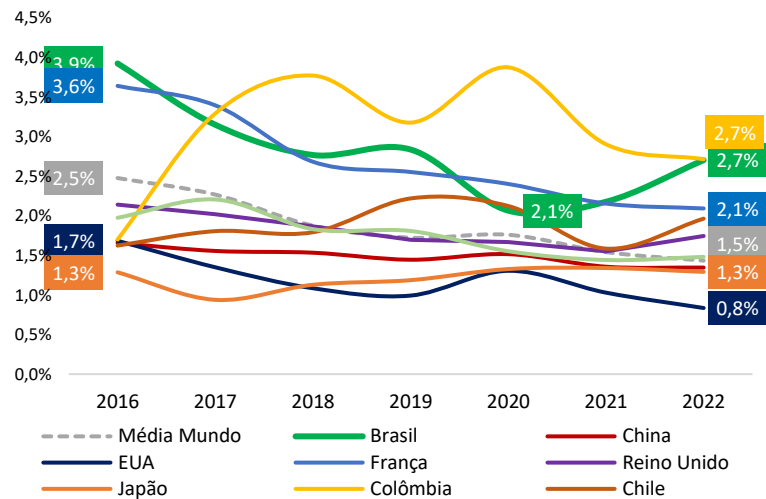
Para complementar a análise, os Quadros 9 e 10 trazem uma comparação do nível de inadimplência dos principais países do ranking, tanto em 2022 como sua evolução recente. Nota-se no Quadro 9 que a inadimplência no Brasil segue figurando entre as maiores do mundo. O indicador ficou em 2,7% da carteira, quase o dobro da média mundial (1,5%) e acima de outros países comparáveis, como México (1,5%) e Chile (2,0%). Considerando todos os 86 países da amostra, o Brasil ficou na 50ª posição do ranking. Já no Quadro 10, observa-se que o indicador no Brasil sempre supera a média global em todo o período avaliado (desde 2016), ficando em boa parte do período abaixo apenas da Colômbia. O menor patamar do Brasil foi atingido em 2020, em função dos programas de renegociação de dívidas e elevação no prazo de carência durante o pior momento da pandemia.

**Quadro 9: Taxa de Inadimplência por país em 2022
Em % dos empréstimos totais**



Fonte: The Banker.

**Quadro 10: Evolução da Taxa de Inadimplência
Média mundial e países selecionados**

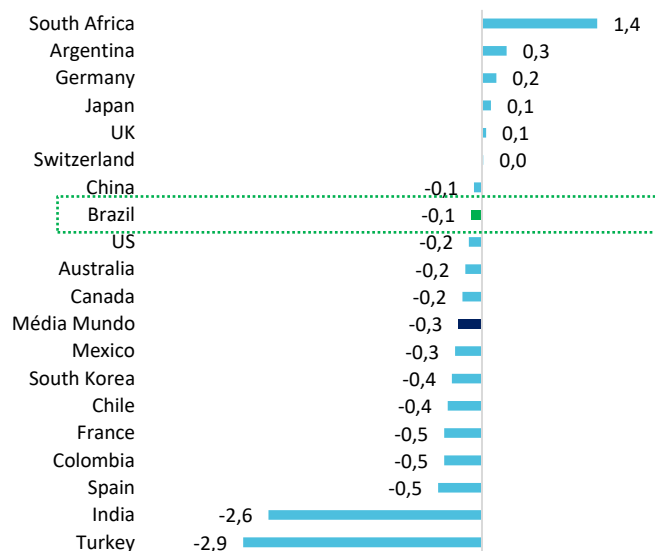


Fonte: The Banker. *Apenas dados dos bancos que figuram em todos os anos avaliados (2016 a 2022), eliminando o efeito entrada/saída.

O Quadro 11, por sua vez, traz a variação da taxa de inadimplência dos principais países entre 2022 e 2019. Assim, observa-se que, embora o nível de inadimplência no Brasil ainda tenha ficado ligeiramente abaixo do pré-pandemia (-0,1 pp) em 2022, esta não é uma particularidade do país, mas, sim, algo observado na maioria dos países (inclusive com quedas até maiores), refletindo a retomada econômica pós-pandemia. No entanto, ao que tudo indica, a tendência é de alguma elevação a partir de 2023, com a mudança do cenário econômico.

Por fim, vale lembrar que no Relatório de Economia Bancária 2022, o BCB apontou que a inadimplência representa 29,3% do spread, sendo o item mais relevante em sua composição. Assim, a redução estrutural do custo do crédito no país passa por medidas que diminuam os custos de intermediação financeira, especialmente aqueles associados à inadimplência.

**Quadro 11: Variação da taxa de inadimplência
após a pandemia – Var. em p.p. 2022-2019**



Fonte: The Banker.

Resultado Corporativo 2º Tri/23 Caixa Econômica Federal

CRÉDITO / BANCOS

A Caixa Econômica Federal (CEF) registrou um lucro líquido contábil de R\$ 2,6 bilhões no 2º trimestre de 2023, o que corresponde a altas de 33,5% e 40,9% ante o 1T23 e 2T22, nesta ordem. Com isso, a rentabilidade patrimonial (ROE) acumulada em 12 meses da instituição atingiu 8,2%, subindo 0,7 pp no trimestre, mas caindo 1,3 pp em um ano.

No comparativo anual, a alta do lucro é explicada pela expansão da margem financeira (+16,7%), com bons resultados da margem com clientes (+28,6%) e da margem com o mercado (aplicações interfinanceiras de liquidez +37,2%; títulos e valores mobiliários +3,4%). Por outro lado, a PDD cresceu apenas 3,1%, atingindo R\$ 4,8 bi, subindo em menor proporção do que a margem financeira. Outro fator positivo foi a evolução das receitas com prestação de serviços (+2,9%), que contou com boa performance do segmento de seguros (+14,4%) e serviços de governo (+7,7%). Do lado das despesas, os gastos administrativos subiram 6,6% ante o 2T22, em razão da alta das despesas de pessoal (+11,2%), que foi parcialmente compensada pela queda das demais despesas administrativas (-2,5%).

A carteira de crédito da CEF atingiu R\$ 1,062 tri, após subir 14,4% no ano e 2,4% na margem. A alta em 12 meses foi puxada pelo crédito imobiliário (+15,0%), que representa 64% do total, além do bom desempenho do crédito voltado ao agro (+60,5%), linha com representatividade ainda modesta na carteira (4,7%), mas na qual a IF tem ganhado relevância no mercado. Já a carteira comercial subiu 10,5%, puxada pelo crédito PJ (+11,8%), mas também com bom desempenho para PF (+9,6%). A inadimplência (acima de 90 dias), por sua vez, atingiu 2,79% da carteira, subindo 0,06 pp no tri e 0,90 pp em um ano. Em um ano, a deterioração do indicador decorre de um cliente específico no setor de infraestrutura, que fez o indicador sair de zero para 3,67%, assim como a alta da inadimplência da linha comercial PJ que subiu de 2,96% para 5,93% no período.

Por fim, dado que o banco é o *player* de maior relevância no crédito imobiliário, vale destacar a mudança da composição do *funding* da instituição. O saldo da caderneta de poupança na CEF caiu 3,6% em 12 meses, atingindo R\$ 353,4 bi ao final do 2T23. Ainda assim, a queda foi inferior à observada no mercado, onde o saldo da poupança SBPE caiu 5,2% no período. Para compensar, a CEF vem apresentando forte crescimento das captações via Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), cujo saldo atingiu R\$ 109,3 bi, com alta de 258,4% em 12 meses, elevando sua participação no mercado deste instrumento de 17,0% no 2T22 para 36,2%. Portanto, a CEF tem emitido LCIs para aliviar a pressão de *funding* sobre o crédito habitacional, porém com um custo maior, fato que também pressiona as taxas de juros da modalidade.

Quadro 12: CEF – DRE

Itens de Resultado (R\$ milhões)	2T23	1T23	Δ%	2T22	Δ%	1S23	1S22	Δ%
Lucro Líquido	2.582	1.934	33,5	1.833	40,9	4.516	4.374	3,2
Resultado Operacional	2.735	1.376	98,8	1.281	113,5	4.111	3.281	25,3
Margem Financeira	14.874	13.898	7,0	12.744	16,7	28.772	23.403	22,9
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.751)	(4.991)	-4,8	(4.608)	3,1	(9.742)	(7.799)	24,9
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	10.124	8.907	13,7	8.135	24,4	19.030	15.605	22,0
Receita com Prestação de Serviços ¹	6.342	6.202	2,2	6.165	2,9	12.544	12.176	3,0
Despesas de Pessoal	(6.825)	(6.880)	-0,8	(6.135)	11,2	(13.705)	(12.252)	11,9
Outras Despesas Administrativas	(3.031)	(3.068)	-1,2	(3.109)	-2,5	(6.099)	(5.671)	7,5

Quadro 13: CEF – Carteira de Crédito Ampliada

Valor em R\$ milhões	2T23	1T23	Δ%	2T22	Δ%
Imobiliário	682.820	659.561	3,5	593.944	15,0
Crédito Comercial	214.958	216.091	-0,5	194.499	10,5
Pessoas Físicas	125.945	128.096	-1,7	114.910	9,6
Pessoas Jurídicas	89.014	87.994	1,2	79.589	11,8
Saneamento e Infraestrutura	98.530	97.412	1,1	93.591	5,3
Agronegócio	49.390	47.888	3,1	30.780	60,5
Outros Créditos	15.938	15.946	-0,1	15.361	3,8
Crédito	1.061.637	1.036.897	2,4	928.175	14,4

Fonte: RI CEF.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2023				2024			
	18/8/23	11/8/23	21/7/23	Viés	18/8/23	11/8/23	21/7/23	Viés
IPCA (%)	4,90	4,84	4,90	▲	3,86	3,86	3,90	↔
PIB (% de crescimento)	2,29	2,29	2,24	↔	1,33	1,30	1,30	▲
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	11,75	11,75	12,00	↔	9,00	9,00	9,50	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	4,95	4,93	4,97	▲	5,00	5,00	5,05	↔

Fonte: Banco Central do Brasil

Indicadores do Mercado	18/08/23	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	4,97	1,27%	5,17%	-5,87%	-3,84%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	189,55	10,38%	15,08%	-25,39%	-25,45%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	13,06	-0,30%	-1,76%	-4,38%	-4,45%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	11,02	0,83%	-1,75%	-17,80%	-18,12%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	10,78	3,05%	2,94%	-14,54%	-8,17%
Índice Ibovespa (em pontos)	115.408,52	-2,25%	-5,36%	5,17%	1,40%
IFNC (setor financeiro)	11.631,23	-2,19%	-6,03%	13,44%	5,30%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	5,50	0,00%	0,00%	22,22%	120,00%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,94	0,98%	1,35%	11,67%	54,58%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,25	2,47%	7,47%	9,80%	47,62%
Dollar Index	103,38	0,52%	1,49%	-0,14%	-3,82%
Índice S&P 500 (em pontos)	4.369,71	-2,11%	-4,78%	13,81%	2,01%
Índice de ações de bancos – EUA	93,98	-6,28%	-8,34%	-17,63%	-25,00%
Índice Euro Stoxx 50	4.212,95	-2,51%	-5,78%	11,05%	11,53%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	109,61	-1,76%	-3,77%	14,34%	31,35%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	84,80	-2,32%	-0,89%	-1,29%	-12,21%

Fonte: Bloomberg

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira